

A QUESTÃO AGRÁRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DA MERCANTILIZAÇÃO DO LIVRO

THE AGRARIAN ISSUE ON GEOGRAPHY EDUCATIONAL BOOKS: AN ANALYSIS ON THE MERCHANTABILITY OF THE BOOK

Raimunda Áurea Dias de SOUZA¹

Celmara Coelho de AMORIM²

RESUMO: Tudo em um estado capitalista é mercadoria, especialmente a força de trabalho, fonte da riqueza. Assim, para que o princípio de mercadoria materialize-se, o trabalho como realização e valor de uso passa a ser substituído pelo valor de troca num processo constante de alienação. Para naturalização desse fato, o espaço formativo passa a ser capturado como canal importante de dominação e controle de ideias com vistas à proliferação do sistema. Dentro dessa perspectiva, cria-se uma indústria voltada especificamente para produzir livros didáticos como peça da engrenagem de produção e reprodução do ideário burguês. Nesse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a inserção da questão agrária nos livros didáticos de geografia na educação básica, assim como a intenção da abordagem relativa à concentração de terra nos referidos instrumentos pedagógicos.

PALAVRAS CHAVE: livro didático, questão agrária, editora, camponês, campo.

INTRODUÇÃO

De acordo com informações contidas no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)³ (1968), a comercialização dos livros didáticos usados nas escolas de Educação Básica estão ligadas ao Ministério da Educação (MEC) (1930) que, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)⁴ (1985), promove a compra e a distribuição dos livros.

¹ Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina, e do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares, Petrolina, Pernambuco, Brasil. E-mail: aurea.souza@upe.br

² Geógrafa pela Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina, e professora da rede pública, Petrolina, Pernambuco, Brasil. E-mail: celmaramorim@hotmail.com

³ Autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto – Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação - MEC. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>> Acesso em: 04 mar. 2016.

⁴ É um Programa voltado para a política do livro didático, fundado em 1929, com a denominação INL – Instituto Nacional do Livro. Foram realizadas várias modificações na nomenclatura e funcionamento do programa no decorrer do tempo. Com isso só em 1985, criam as siglas o PNLD com algumas mudanças, existindo até hoje, tendo como objetivo principal prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>> Acesso em: 05 mar. 2016.

A concretização do Programa na Educação Básica se inicia, especialmente, com: **a)** preenchimento do termo de adesão pelas escolas, manifestando interesse em participar do programa; **b)** publicação de editais no Diário Oficial da União para as editoras inscreverem suas obras; **c)** inscrições das obras pelas editoras que detêm os direitos autorais, dentre outros.

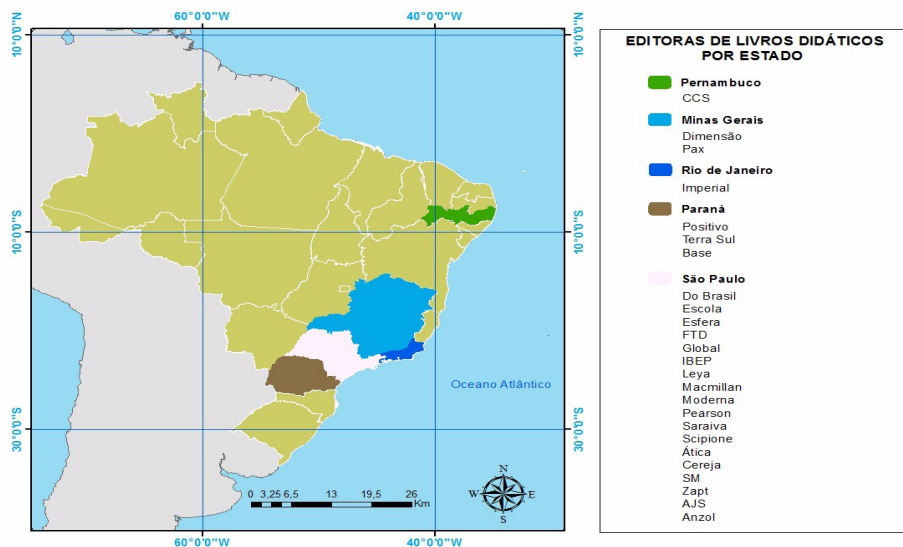
Atualmente, são vinte e cinco editoras vinculadas ao PNLD de 2016, nacionais e internacionais, que produzem os livros didáticos usados nas escolas públicas de todo o país, para as modalidades de Educação no Campo, Ensino Regular (Fundamental e Médio) e Educação de Jovens e Adultos. Nas obras analisadas para esse trabalho, a questão agrária não é vista na perspectiva da concentração da terra, mas como um problema a ser resolvido a partir do uso da tecnologia no campo.

A metodologia da pesquisa tem como princípio a garantia da leitura processual da dinâmica dos movimentos internos inscritos na totalidade das relações sociais mundiais, sendo estruturada em torno de quatro eixos de operacionalização: a organização de uma pesquisa bibliográfica; a construção de um banco de dados estatísticos vinculados à elaboração de mapa, gráfico e tabela; a realização de pesquisa em cinco livros didáticos de editoras diferentes; e, por fim, a divulgação pública dos dados. Para os referidos eixos, foram desenvolvidas práticas de campo que se definiram em análise quantitativa e qualitativa por meio da aplicação de questionários e de levantamento estatístico nas escolas, para perceber como os professores abordam o conteúdo *questão agrária*. Também foi realizado resgate de experiências de vida e de trabalho, a partir de aplicação de instrumentos qualitativos, como entrevista, depoimentos e consultas de documentos concernente à origem do livro didático e como as escolas públicas escolhem os livros que serão utilizados em sala de aula.

1- A POLÍTICA MERCANTIL DOS LIVROS DIDÁTICOS – AS PRINCIPAIS EDITORAS

As editoras vinculadas ao PNLD 2016, nacionais e internacionais, que produzem os livros didáticos usados nas escolas públicas de todo o país, para as modalidades de Educação no Campo, Ensino Regular (Fundamental e Médio) e Educação de Jovens e Adultos, estão assim distribuídas, conforme mapa apresentado a seguir.

FIGURA 01: DISTRIBUIÇÃO DAS EDITORAS DO PNLD 2015/2016 POR ESTADOS



Fonte: Dados do Portal do FNDE⁵
Execução: Márcio José Ramos, 2016.

As editoras investem em técnicas de vendagem, como propagandas, brindes e em conteúdos que fascinam o comprador. Nesse contexto, Pinotti (2012) afirma que um dos mecanismos de venda das editoras é mostrar que os livros são produtos novos, com materiais anexos, atividades extras e que estão de acordo com as propostas curriculares atuais.

Percebe-se que, para participar continuamente, é importante quebrar a concorrência, princípio básico do capitalismo. Atualmente, a editora BASE faz parte do grupo IBEP Editora, o mesmo que ocorre com a editora Ática e a editora Scipione.

Harvey (2005, p. 84) explica “[...] que o produto final da competição é o monopólio ou oligopólio, e quanto mais intensa a competição tanto mais rápido o sistema converge para esses estados”. Argumenta, ainda, que “[...] a lógica econômica do imperialismo advém da competição monopolista”. (HARVEY, 2005, p.85)

Na tabela a seguir, observa-se o pagamento efetuado pelo MEC às editoras.

⁵ Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2016.

TABELA 01: VALORES EFETUADO PELO MEC ÀS EDITORAS 2015/2016

EDITORAS	VALOR TOTAL
AJS	12.216.731,96
ANZOL	16.466.784,82
ÁTICA	170.813.022,12
BASE	15.249.444,00
CCS	549.426,95
CEREJA	2.612.430,14
DIMENSAO	4.032.128,82
DO BRASIL	33.295.536,93
ESCALA	19.243.200,44
ESFERA	963.639,30
FTD	195.133.285,51
GLOBAL	46.241.040,58
IBEP	50.755.000,23
IMPERIAL	1.287.320,95
LE YA	31.863.497,78
MACMILLAN	40.064.398,94
MODERNA	245.888.285,74
PAX	2.444.727,46
PEARSON	450.791,00
POSITIVO	30.313.953,25
SARAIVA	119.812.690,47
SCIPIONE	37.498.607,09
SM	76.551.912,19
TERRA SUL	942.991,67
ZAPT	4.350.590,02

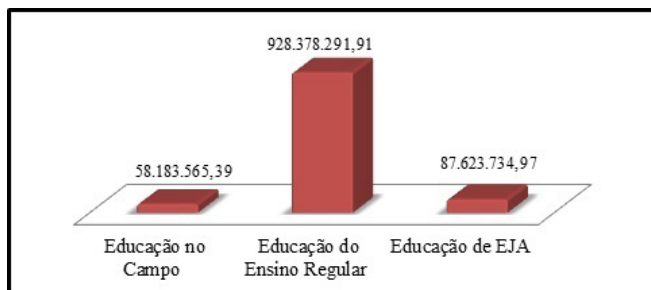
Fonte: Portal do FNDE⁶.

Elaboração: Celmara Coelho de Amorim, 2016.

Das editoras mencionadas, cinco delas, ÁTICA, FTD, GLOBAL, MODERNA e SARAIVA, foram as que mais obtiveram lucros, o que significa que o produto é mais encantador, ou seja, segue padrão capitalista. Destaca-se ainda que o investimento nos livros didáticos realizado pelo MEC é muito alto, sendo feito de acordo com cada modalidade de ensino.

No gráfico que segue, evidenciam-se os valores pagos às editoras no ano de 2016.

FIGURA 02: VALORES DE AQUISIÇÃO DAS EDITORAS POR MODALIDADE



Fonte: portal do FNDE, 06 mar. 2016.

Elaboração: Celmara Coelho de Amorim, 2016

⁶ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2016.

Analisando-se alguns livros das referidas editoras, constatou-se que conteúdos como a *agricultura familiar camponesa e agricultura familiar* são muito fragmentados, bastante reduzidos, principalmente, quando falam da importância da agricultura familiar e da sua relevância na sociedade. Direcionando a pesquisa para uma breve análise nos livros didáticos referentes a conceitos de camponês ou a assuntos relacionados à Geografia Agrária, temos que:

- 1) No livro do **6º ano da coleção EJA MODERNA da editora Moderna** (p. 247), ao retratar sobre tecnologia no campo, mostra que “[...] técnicas de melhoramento genético têm possibilitado excelentes resultados, tanto na qualidade de produção de origem animal, como na melhoria das características das plantas”. E continua enfatizando que “[...] a agricultura em larga escala também não seria possível se não fossem utilizados fertilizantes para regenerar os componentes do solo desgastado” (p.247). De acordo com Bombardi (2011), quando os pequenos produtores entram na lógica de utilização de insumos, ou seja, quando passam a depender de adubos químicos, inseticidas e herbicidas, uma parte da renda que ficaria no bolso deles vai para o capital industrial, ficando subordinados, além do capital industrial, às indústrias de agroquímicos e ao capital financeiro.
- 2) No livro **Geografia Ensino Médio** da Editora IBEP, coleção Áreas do conhecimento, 3. ed., 2013, a questão agrária no Brasil, é assim analisada: “[...] diz respeito às transformações nas relações de produção, ou seja, como produzir, de que forma produzir. Portanto, quando falamos em questão agrária, nós nos referimos, sobretudo, às formas de apropriação da terra”. De acordo com Martins (2003), a questão agrária está ligada à concentração de terra e foi ganhando visibilidade à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra.
- 3) O livro do **2º ano do ensino médio, coleção Geografia em rede da editora FTD**, de 2013 (p. 250) sinaliza para a definição de “[...] estrutura fundiária com a forma em que as propriedades rurais estão organizadas e distribuídas quanto ao número e ao tamanho”. Compreende que nem todos os trabalhadores são assalariados, pois “[...] pequenos produtores que vivem de suas produções que buscam trabalho assalariado em atividades de colheita nas grandes propriedades, próximas ou distantes de suas regiões; não proprietários, vivem de trabalhos temporários em diversas lavouras.” (2013, p.253).
- 4) Segundo Oliveira (2001), há momentos em que os camponeses passam por período de crise e eles precisam deixar o campo para assalariar-se temporariamente para manter a família. Contudo, não é uma regra, como foi apontado pelo livro citado, é uma exceção, porque o ser camponês não vive do trabalho assalariado e sim do trabalho familiar.
- 5) O espaço agrário no **livro do 1ª ano do Ensino Médio da Editora SM, coleção Ser Protagonista** 2. ed. de 2013, é evidenciado quando explicita que o mesmo está intimamente ligado à organização da sociedade e ao nível de desenvolvimen-

to econômico. E para entender o mundo rural hoje, é preciso levar em conta o sistema capitalista. “É a forma de inserção de cada país ou região nesse sistema que pode explicar por que a fome atinge grande parte da humanidade, apesar da enorme capacidade da agropecuária de produzir alimentos” (2013, p.137). Na expansão do capitalismo, o campo passa a ser espaço apropriado para fins de produção, exclusivamente, para o lucro, descaracterizando a agricultura camponesa e priorizando a agricultura familiar que, segundo Abramovay (2004), precisa ser desenvolvida a partir projetos para conseguir crédito bancário e ter chances de sucesso e de poder de mercado.

Ao estudar as obras citadas, nota-se que a questão agrária, agricultura camponesa e familiar são abordadas de forma diminuta e sem analisar as relações que se estabelecem no campo, como a expropriação e a recriação do campesinato.

2. A QUESTÃO AGRÁRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS

A questão agrária é característica da sociedade contemporânea e surgiu com desenvolvimento do capitalismo (MARTINS, 2003). Sendo uma questão política, econômica e social, a questão agrária faz parte do processo de construção histórica da sociedade brasileira. Sua origem foi em consequência da limitação que o proprietário teve no acesso à propriedade territorial e ao pagamento da renda da terra, tornando-se representação da reprodução ampliada do capital e a acumulação capitalista na agricultura (MARTINS, 2003).

Atualmente, a questão agrária não é exatamente o simples fato de existir a concentração de terras nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, os latifundiários, pois, como elucida Marques (2011, p.58), “A análise da *questão agrária*, entendida tradicionalmente como uma problemática resultante da desigual distribuição de terras no campo e como obstáculo ao desenvolvimento social e econômico nacional [...]”. Nessa conjuntura, temos o resultado da existência simultânea das desigualdades sociais, da pobreza, dos conflitos no campo, da expulsão dos camponeses do campo, do crescimento desordenado nas cidades, do desemprego, da fome, do trabalho escravo, dos problemas ambientais, da reforma agrária, do poder das multinacionais entre outros fatores que engendram a sociedade. Com isso, percebemos a nítida necessidade de uma reorganização fundiária, a tão desejada reforma agrária, pois, parafraseando Martins (2003), Reforma Agrária é a possibilidade de solução para a questão agrária, que é um problema.

Nesse sentido, a Reforma Agrária não consiste apenas na divisão e distribuição de terras para camponeses, mas ter a terra e condições para que se permaneça nela. Nesse contexto, Fabrini e Roos (2014, p. 82) ressaltam que:

A reforma agrária não diz respeito apenas à distribuição de terras aos camponeses despossuídos, pois envolve mudanças na estrutura fundiária de um país e atendimento de um conjunto de demandas de natureza econômico-produtiva que se desdobram nas dimensões política, social e econômica.

É notório que a questão agrária é complexa no seu entendimento, pois entremeia as estruturas da sociedade, porque envolve poder e interesse de uma classe social em detrimento da outra. Mesmo diante da complexidade, é na escola que o aluno deve conhecê-la, para que compreenda o que é a concentração de terra e o que ela ocasiona; essa faz com que todos, cidade e campo experimentem dificuldades no que se refere especialmente à questão alimentar. Nabarro e Tsukamoto (2009) ressaltam que, para formar cidadãos crítico-reflexivos, é necessário que se resgate o processo histórico ao longo dos conteúdos nos materiais de apoio, deixando claras as causas e consequências para a sociedade, e não permitir que tanto a educação quanto o livro sejam difusores de preconceitos. Mas, para que esse conteúdo seja trabalhado em sala de aula e faça parte do processo ensino-aprendizagem, ele precisa vir contido nos livros didáticos do ensino fundamental e médio, pois, segundo Santos e Conceição (2009), o livro didático surge como instrumento de trabalho pedagógico e faz a interlocução do conteúdo de uma leitura acadêmica para a leitura didática.

É importante ressaltar que qualquer conteúdo que esteja inserido no livro didático, para ser trabalhado em sala de aula, deve estar de acordo com as políticas curriculares elaboradas pelo Governo Federal. Essas políticas foram introduzidas na educação através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)⁷, que, na verdade, são o que moldam o sistema educacional, que se configura como proposta a ser aplicada nas modalidades de ensino fundamental e médio e nas diretrizes do PNLD. Os conteúdos referentes à Geografia Agrária, segundo Santos e Conceição (2009, p. 16), nos PCN's, organizam-se nessa temática fazendo relação com a indústria, o urbano, a questão ambiental, apresentando características resultantes da ação capitalista no Brasil, entretanto, não apresenta vinculação entre os temas.

Então, o problema não se inicia exatamente nos livros didáticos, mas está em volta de todo o sistema educacional, partindo desde as propostas dos PCN's, com objetivos, conteúdos, critérios de avaliação e orientações didáticas de cada ciclo e disciplinas, voltados para uma educação burguesa, onde só acontece a reprodução das coisas, mas sem a apreensão da real essência. Ao analisar o PCN's de Geografia (1998) do Ensino Fundamental, no Eixo 3, intitulado: O campo e a cidade como formações

⁷ Foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (Brasil, 1998. p.5)

socioespaciais, no item “A modernização capitalista e a redefinição nas relações entre o campo e a cidade”, observa-se como objetivo principal

Fazer os alunos compreenderem que, ao lado de um Brasil agrário com grandes lavouras monocultoras praticadas com métodos científicos de plantio, trator e colheita, perdura um Brasil arcaico do latifúndio e do trabalho servil. Esse Brasil arcaico que reproduz outras relações de produção ainda garante a reprodução da acumulação capitalista. Isso significa dizer que não se coloca a ideia de um Brasil arcaico que se contrapõe a um Brasil “moderno”, mas que existe uma reciprocidade dialética entre ambos. (BRASIL, 1998, p.69)

Os livros didáticos analisados para este trabalho estão em desacordo com os PCN’s quando os mesmos apresentam conteúdos desconexos, mostrando, apenas, o aparente, reproduz-se somente o que está ao alcance da visão, o que mostra a paisagem, com ausência de uma contextualização dos fatos e circunstâncias e de analisar as contradições das relações sociais e de poder. Com essa virtude, os conteúdos tornam-se vagos sem ligações de sentido, tendo como critério a abordagem teórico-metodológica, a ideologia, a historicidade, a coerência e a valorização da realidade, pois, como assinala Silva e Oliveira (2013, p. 95):

Não se trata apenas de discutir a questão agrária como um problema pontual, mas de vê-la como um todo, com todas as implicações dela decorrentes. Como o papel da Geografia Escolar é capacitar o discente para o exercício pleno da cidadania, é necessário formar o aluno para que ele possa operar os diversos conceitos geográficos, a fim de compreender as relações sociais e de poder que se materializam no espaço e assim construir uma leitura crítica da realidade em que vive.

Nesse contexto, selecionam-se os seguintes livros e analisam-se os conteúdos referentes à questão agrária:

a) No livro **Geografia Ensino Médio da Editora IBEP 3ª ed. 2013**, os autores mencionam na página 151 que “[...] a questão agrária reporta-se à problemática da terra: distribuição, concentração, número de propriedades, número de produtores, formas de produção; b) Em **Geografia em Rede, 1. ed., 2º ano, editora FTD**, na página 250, os autores relatam sobre a questão agrária mencionando que “A estrutura fundiária é a forma como as propriedades rurais estão organizadas e distribuídas quanto ao número e ao tamanho”, e na pág. 252 frisa também que “A estrutura fundiária brasileira ainda é uma herança dos tempos coloniais, quando se iniciou a concentração de terras”; c) no livro **1ª ano do Ensino Médio da Editora SM, coleção Ser Protagonista 2. ed. de 2013**, a questão agrária é elucidada na página 148, quando afirma que “Uma das principais características da agricultura brasileira é o fato de a propriedade da terra ser muito concentrada”; d) no livro **EJA Moderna da Editora Moderna 1. ed. de 2013**

e no livro **Expedições Geográficas 6º ano ensino fundamental II, 1. ed. de 2011, editora Moderna**, não há referências à questão agrária.

Diante do exposto, fica evidente que a questão agrária abordada nos livros didáticos, muitas vezes, não aparece a nomenclatura questão agrária e sim estrutura fundiária, concentração de terras. O conteúdo não é contextualizado com os fatos históricos ocorridos no decorrer da formação das sociedades, pois não mostram as contradições frente à expansão do capital no campo. Segundo Silva e Oliveira (2013), o moderno exclui o tradicional e o recria para a sua reprodução numa lógica contraditória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o livro didático tem sido mercantilizado como uma forma competitiva de apropriar e controlar o espaço escolar. Nesse sentido, ele deixa de cumprir seu objetivo, que é de ser um instrumento pedagógico, para se tornar mercadoria e como tal precisa expandir-se. Para ganhar mercado, as editoras utilizam-se de diversos artifícios para o convencimento do Ministério de Educação e do corpo docente nas escolas de que o seu livro é o melhor.

Contudo, percebeu-se nos livros didáticos estudados, uma ênfase na Região Sudeste, conforme mapa apresentado no início do trabalho, especificando a distribuição das editoras, em detrimento de outras regiões como, por exemplo, a Nordeste. Por predominar o sudeste do país, os autores direcionam suas análises a partir dessa realidade para que as demais sigam.

Nos livros didáticos sempre terão contradições, dicotomia e prioridades de alguns temas, pois a ideologia presente neles proporciona um canal importante, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de ideias e informações.

SOUZA, Raimunda Áurea Dias de; AMORIM, Celmara Coelho de. The Agrarian Issue on Geography Educational Books: an Analysis on The Merchantability of The Book. *ORG & DEMO* (Marília), v. 18, n. 2, p. 45-54, Jul./Dez., 2017.

ABSTRACT: All in a capitalist state is merchandise, especially the work force, an effective source of wealth. Accordingly, in order that the principle of merchandise is embedded, the work --- as fulfillment and value of use --- is replaced by the exchange value in a constant process of alienation. For the naturalization of this fact, the training space happens to be captured as an important channel of domination and control of ideas aiming the proliferation of the system. Within this perspective, it is created an industry openly geared to produce textbooks for the purpose of production and reproduction of the bourgeois political ideology. In this context, this paper intends to analyze the inclusion of the agrarian issue on textbooks of geography within basic education, as well as the intention of the approach to the concentration of land on these teaching tools.

KEYWORDS: textbook, agrarian issue, publishing house, peasant, rural field.

REFERÊNCIAS:

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J.; GORENDER, J. et. al. A questão agrária na década de 90. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. Expedições geográficas. São Paulo: Moderna, 2011.
- BONBARDI, Larissa Mies. Agronegócio é a nova faceta da violência no campo. Disponível em: <http://brasildefato.com.br/content/agror%3%B3xico-%C3%A9-nova-faceta-da-viol%C3%Aancia-no-campo>. Acesso em: 08 abr. 2016.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- _____. Parâmetros curriculares nacionais: geografia/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- EDITORA MODERNA. EJA Moderna: educação de jovens e Adultos/organizadora Editora Moderna. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. São Paulo: Moderna, 2013.
- FABRINI, João Edmilson; ROOS Djone. Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário. São Paulo: Outras Expressões, 2014. Cap I e III.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O novo significado da questão agrária. In: V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária - SINGA, 2011, Belém. Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária: Questões agrárias na Panamazônia no Século XXI: usos e abusos do território. Belém: Açai, 2011. v. 1.
- MARTINI, Alice de; GAUDIO, Rogata Soares Del. Geografia, 2º ano: ensino médio. 3. ed. São Paulo: IBEP, 2013. (Col. Áreas do Conhecimento)
- MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 2003.
- MOREIRÃO, Fabio Bonna. Ser protagonista: Geografia, 1ª ano: ensino médio. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM. 2. ed. São Paulo: SM, 2013.
- NABARRO, Sérgio Aparecido; TSUKAMOTO, Ruth Youko. Questão agrária e livro didático de geografia: uma análise do conteúdo apresentado nos livros didáticos adotados pelas escolas de ensino fundamental da rede pública de Londrina – PR. São Paulo, 2009.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.
- PINOTTI, Melina Lima. O livro didático como produto comercial. Revista Pitágoras. Nova Andradina, v. 3, p. 1-13, 2012.
- SANTOS, Ricardo Menezes; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Questão Agrária Brasileira nos Livros Didáticos de Geografia no Ensino Fundamental. In: Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia - O Ensino de Geografia e suas Composições Curriculares, 2009, Porto Alegre. Anais 10. Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia - ENPEG, 2009.
- SILVA, Edilson Adão Cândido; JUNIOR, Laercio Furquim. Geografia em rede. São Paulo: FTD, 2013.
- SILVA, Maria Aline; OLIVEIRA, Alexandra Maria. Dialogando com o livro didático de Geografia: análise do discurso sobre a questão agrária em obras do ensino médio. Geografia Ensino & Pesquisa. Santa Maria, v. 17, p. 91-106, 2013.

Submetido em: 09/05/2017

Aceito em: 27/08/2017